

**CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA - CAP  
PORTO DE SANTOS  
ATA DA 394ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA**

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, na sala de reuniões da sede do Conselho de Autoridade Portuária do Porto de Santos – CAP/SANTOS, situado na Rua Augusto Severo, número sete, décimo terceiro andar, em Santos, Estado de São Paulo, realizou-se a tricentésima nonagésima quarta Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Autoridade Portuária, sob a presidência de Rossano Reolon. Estiveram presentes os **Representantes do Poder Público**: Rossano Reolon, pela SEP; José Alex Botelho de Oliva, pela Administração do Porto, CF(T) Rômulo de Souza Santos Junior, pela Autoridade Marítima; Cleiton Alves dos Santos João Simões, pela Receita Federal; André Minoru Okubo, pelo VIGIAGRO; Rogério Gonçalves Lopes, pela ANVISA; Nilson Rogério Baroni, pelo Governo do Estado; e, Dário de Medeiros Lima e José Eduardo Lopes, pelo Município (Guarujá e Santos). **Os Representantes da Classe Empresarial**: Eliézer Giroux, pela ABTP; Caio Marcelo Morel Correa e José Edgard Laborde Gomes, pela ABTRA; João Batista de Almeida Neto, pelo SOPESP; Carlos Eduardo Bueno Magano, pela Associação de Comércio Exterior do Brasil – AEB; e, Martin Aron, pela Associação Comercial de Santos. **Os Representantes dos Trabalhadores Portuários**: Jansen Wagner Gallo, pela FENCCOVID. Fica registrado que até a presente data não foram eleitos nem reconduzidos aos cargos de membros deste Colegiado, os representantes da classe laboral, indicados pela FNE e FNP, cujos mandatos venceram no dia 26/03/2016. Fica registrado também, que compareceu à reunião o Sr. João Almeida, representante da ANTAQ, conforme determina o Inciso I do § 1º do artigo 6º da Portaria nº 244, de 26/11/2013. Participaram ainda, como convidados, os Srs. Marcio Calves e João de Andrade, representantes do CAP no Conselho de Administração da CODESP; Sr. Everandy Cirino dos Santos, Sr. Robson Apolinário e Regina Victório, representante da PMS/SEPORT. O Conselheiro José Di Bella Filho, representante dos terminais portuários pela ABTP, justificou ausência. Havendo número legal, foram abertos os trabalhos, tendo como Secretário Executivo, Jorge Leite dos Santos, e apoio do Encarregado Rodrigo dias Calafate e do Técnico Portuário Reginaldo Brito de Lima, em seguida, o Presidente passou ao item **I – ABERTURA**, onde foi submetida aos Conselheiros a Ata da 393ª Reunião, realizada no dia 29 de junho de 2016, que

lida e achada conforme, foi devidamente assinada pelos presentes. Dando seqüência a pauta do dia, o Presidente passou ao item **II – ORDEM DO DIA**: Os assuntos apreciados receberam as seguintes manifestações: **II.01 - GRUPO de TRABALHO – INFRAESTRUTURA E INVESTIMENTOS**. Apresentação dos Relatórios das reuniões realizadas nos dias 01 e 19/07/2016. O Presidente do CAP passou a palavra ao Relator do Tema, Sr. Eliézer Giroux, que informou que a referida reunião tratou da apresentação do sistema de Gestão – Plataforma Port CDM à Autoridade Portuária, onde o professor Mauro Sampaio realizou apresentação aos técnicos da área de TI da CODESP, representantes da Praticagem e representantes da FATEC, destacando que o objetivo do projeto é a eliminação de algumas trocas de informações redundantes, resultando assim em um único sistema contemplando todas as informações relevantes para a eficiência do processo, bem como, o alinhamento de conceitos, para avançar na melhoria da produtividade, independentemente do sistema a ser utilizado. Em seguida, destacou que o próximo passo será agendar reunião para definição de KPIs para gerenciamento mensal, com a presença de representantes da Praticagem, FATEC e da Autoridade Portuária. **Continuando, o Relator do Tema, informou que os assuntos discutidos na reunião realizada no dia 19/07/2016, foram os seguintes:** a) Análise da proposta para instalação sistema PORT CDM no porto de Santos. Informou que sobre o tema ocorreram vários debates entre os presentes, sendo que ficou compreendido que há a necessidade de um maior aprofundamento sobre o entendimento da eficiência da ferramenta apresentada para o Porto de Santos. Isto posto, ficou definido que será agendada reunião com a participação dos técnicos suecos para maiores esclarecimentos sobre o sistema PORT CDM; b) Mapeamento do processo de movimentação de embarcações (entrada e saída do canal). Relativamente ao tema, ficou definido que a CODESP em conjunto com a FATEC e Praticagem, irão preparar um relatório estatístico contendo informações específicas sobre o mapeamento do primeiro semestre do ano vigente, do processo de movimentação de embarcações (entrada e saída do canal), para que seja apresentado posteriormente ao GT-Infraestrutura; e, c) Definição de KPI's para processo de atracação e desatracação. Quanto a este item, o Grupo de trabalho entende que a definição de KPI's para processo de atracação e desatracação só será possível após os trabalhos que a CODESP, FATEC e PRATICAGEM irão preparar conforme proposta descrita anteriormente. Por fim, o Colegiado solicitou que seja anexada a Ata CD contendo cópia dos referidos Relatórios. **II.02 - GRUPO de TRABALHO – SUSTENTABILIDADE**. Apresentação do Relatório da reunião realizada nos dias 12/07/2016. O

Presidente do CAP passou a palavra ao Relator do Tema, Conselheiro Eduardo Lopes, que prestou informações sobre os assuntos discutidos na referida reunião, destacando os seguintes temas: **1) Apresentação da ABIQUIM sobre o projeto “Armazenagem Responsável”, que tem como objetivo principal as seguintes propostas:** a) Propor ações para o desenvolvimento de estudo e propostas visando o armazenamento seguro de produtos químicos, desenvolvendo um piloto no Porto de Santos e posteriormente nas outras aduanas de entrada de produtos químicos; e, b) Avaliar a implementação das análises de risco e preparação de atendimento a emergência no manuseio e armazenamento, de acordo com os requisitos do Programa Atuação Responsável. A apresentação foi realizada pelo Sr. Luiz Shizuo, representante da ABIQUIM, que destacou a proposta do Plano de Trabalho para 2016 do referido projeto, enfatizando que a Secretaria de Portos, o CAP/Santos, a ABIQUIM, CODESP, ABTL, CIESP Cubatão e Santos, CETESB, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Autoridade Marítima e o IBAMA seriam algumas das entidades envolvidas no projeto e, por fim, colocou a ABIQUIM a disposição para colaborar nos demais projetos semelhantes que estão sendo desenvolvidos por outras entidades; **2) Licenciamento Ambiental do Porto de Santos e seus Terminais, face ao Decreto nº 8.437, de 22/04/2015, bem como, apresentação de um breve relato dos representantes do IBAMA sobre os benefícios que irão trazer a abertura de um posto avançado do referido órgão, em sala cedida pela BTP.** O representante do IBAMA, informou que o Acordo de Cooperação Técnica nº 06/2014 firmado entre o IBAMA e a ABTRA, visa otimizar as vistorias de cargas de importação e despacho de exportação de cargas no Porto de Santos com a utilização da Janela Única Portuária da ABTRA, e a Portaria nº 3518/2011 da Receita Federal do Brasil, que em seu artigo 12 estabelece que deve ser disponibilizado ao órgão da administração pública federal instalações e equipamentos, sem ônus para o órgão, sempre que o mesmo manifeste a necessidade de exercer suas atividades de controle de forma presencial e habitual. Destacando uma série de benefícios que a abertura do porto avançado proporcionou, como por exemplo, a agilidade na liberação de autorizações e a possibilidade de acesso a dados informatizados em tempo real. Na sequência, os representantes da CODESP relataram que, com relação ao licenciamento ambiental do Porto de Santos, a Autoridade Portuária terá uma reunião com o IBAMA visando a obtenção de sua licença com o estabelecimento de cronograma para implantação das condicionantes a serem estabelecidas pelo referido órgão federal; **3) Mapeamento, Prevenção, Mitigação e Contingenciamento de Riscos no Ambiente Portuário.** Sobre o tema, os representantes da

CODESP informaram que o termo de referência visando à contratação de empresa especializada para a elaboração de um plano de governança de riscos no ambiente portuário foi ajustado e encontra-se concluído, tendo inclusive seus recursos financeiros já viabilizados, e que no próximo mês a licitação deverá ser publicada para a contratação da empresa que ficará responsável pelos estudos acima descritos;

**4) Breve relato dos representantes da CODESP sobre os temas a seguir:**

a) No que se refere ao “plano que pretende monitorar a armazenagem de produtos perigosos, com base em informações prestadas pelos terminais e pelos órgãos anuentes, em discussão no CLAPS”, a Sra. Márcia Jovito relatou que a CODESP está participando de fiscalizações conjuntas com a ANTAQ;

b) Quanto a “Resolução DP nº 126.2016, que determina novas regras para procedimentos para serviços de abastecimento de combustível e fornecimento de óleos lubrificantes às embarcações”, o representante da CODESP destacou que a referida Resolução acrescentou a obrigatoriedade de se cercar as embarcações durante todas as operações de abastecimento, inclusive durante o dia (e não mais somente para os abastecimentos realizados no período noturno) e a proibição de abastecimento de forma simultânea com operações que envolvem peróxidos;

5) Acidente fatal ocorrido a bordo do navio “OCEAN PHOENIX I”. Informou que devido à ausência justificada do representante da Autoridade Marítima, o assunto foi transferido para a próxima reunião do GT;

**6) Prevenção de Sinistros no Porto de Santos – GT-PS (Coordenador Daniel Alves – Representante da Antaq no CLAPs).** O Sr. Daniel Alves, Chefe do Posto Avançado da ANTAQ em Santos e Coordenador do GT-PS, destacou que o referido GT-PS tem como objetivo a verificação das estratégias e implementação das ações necessárias para a prevenção de sinistros no Porto de Santos, ressaltou ainda, que atualmente a Autoridade Portuária não tem pleno conhecimento do real armazenamento e localização das cargas do Porto de Santos e que por isso o grupo está envidando esforços para a verificação e controle, em tempo real, da localização das cargas perigosas do Porto;

e, 7) Assuntos Gerais:

a) O Sr. Eduardo Nocetti, representante do Corpo de Bombeiros apresentou o “Relatório Resumido do Comitê Especial em Defesa da Sociedade Civil e do Meio Ambiente da OAB Subseção Santos”, exibido na reunião do dia 06/07/2016 daquele Comitê;

b) Em resposta ao Conselheiro Eliézer Giroux, os técnicos da CODESP prestaram informações atualizadas acerca do andamento da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público com relação a “Dragagem x Monitoramento Praial”, destacando que por solicitação do Ministério Público, a CODESP está efetuando uma série de estudos e levantamentos, sob o aspecto econômico, acerca das

possíveis consequências da eventual diminuição do canal de navegação do Porto de Santos, tendo o prazo de 2 anos para concluir tais estudos; e, c) Informou que futuramente o deputado estadual Paulo Correia, um dos principais autores do Projeto de Lei nº 395, de 2016, que cria o programa estadual de preservação ambiental da zona portuária do estado de São Paulo, será convidado para participar de uma reunião deste Grupo. Por fim, o Colegiado solicitou que seja anexada a Ata CD contendo cópia dos referidos Relatórios. A seguir, o Presidente passou ao item **III - ASSUNTOS GERAIS**: Os assuntos foram apreciados e receberam as seguintes manifestações: **III.01** – Carta CAP/014.2016, de 29/06/2016, enviada ao Diretor de Engenharia da CODESP, Sr. Antônio Pádua, solicitando atualização de informações sobre os serviços de dragagem e dos sistemas viário e energético do Porto de Santos. O Presidente do CAP passou a palavra ao Superintendente de Execução de obras, José Borrelli, que realizou apresentação sobre o tema “Dragagem”, onde destacou os seguintes tópicos: **a) DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO TRECHO 1 DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS – CONTRATO DP/24.2015**. Em 07/06/2016, foi assinado o 3º aditivo contratual para a dragagem de manutenção do trecho 1, a fim de incluir os serviços de dragagem dos trechos 2, 3 e 4 do canal de acesso e dos acessos aos berços de atracação, com os valores unitários de dragagem reequilibrados do extinto contrato DP/42.2014 e do referido contrato vigente, data base de outubro/2015, bem como a redução do volume de 1.500.000 m³ para 940.000 m³, passando o valor de R\$ 24.305.000,00 para R\$ 24.175.400,00, conforme demonstrado no quadro a seguir:

DP/24.2015					
Item	Descrição	Unidade	Previsão	R\$/Unit.	Total
1	Mobilização	gl	1	100.000,00	100.000,00
2	Trecho 1	m³	60.000	14,91	894.600,00
3	Trecho 2	m³	95.000	19,64	1.865.800,00
4	Trecho 3	m³	260.000	22,00	5.720.000,00
5	Trecho 4	m³	525.000	26,20	13.755.000,00
6	Paralisação	h	30	10.500,00	315.000,00
7	Desmobilização	gl	1	1.525.000,00	1.525.000,00
					<b>24.175.400,00</b>

A vigência do contrato será de 10/04/2016 até 09/10/2016. Com o andamento dos trabalhos informou que o Trecho 3 foi concluído em 18/06/2016 com o volume dragado de 238.000m³. Com relação ao trecho nº 4 a conclusão dos trabalhos está prevista para o dia 25/08/2016;

**b) DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DE BERÇOS.** A Empresa responsável pelos serviços é a Dratec Engenharia Ltda., sendo que o volume previsto é de 342.000 m<sup>3</sup>, o valor contratado para execução dos serviços é de R\$ 20.980.000,00. A vigência do contrato é de 30/03/2016 até 29/09/2016 (prorrogável por até 60 meses). O volume dragado até o dia 21/07/2016 foi de 101.353,28 m<sup>3</sup>; e, **c) INFORMAÇÕES SOBRE O SERVIÇO A SER CONTRATADO PARA DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DOS TRECHOS 1, 2, 3 E 4 DO CANAL DE ACESSO E DOS ACESSOS AOS BERÇOS DE ATRACAÇÃO DO PORTO DE SANTOS .** 1) Prazo: 12 meses (prorrogável até 60 meses); 2) Volume estimado: 4.300.000 m<sup>3</sup> (trecho 1: 1.100.000 m<sup>3</sup> / trecho 2: 4520.000 m<sup>3</sup> / trecho 3: 650.000 m<sup>3</sup> / trecho 4: 2.200.000 m<sup>3</sup>); 3) Valor: R\$ 116.940.920,56. A data prevista para abertura do Pregão Eletrônico é dia 27/07/2016. Com relação às impugnações recebidas ao Pregão Eletrônico nº 45/2016, comentada ao final da apresentação ao Colegiado, o Sr. José Borrelli fez um breve resumo dos fatos, destacando os seguintes tópicos: 1) Impugnação apresentada pela empresa INFRA Construtora, referente a solicitação no Edital no quesito de Habilitação Técnica, de registro da empresa e profissionais no CREA/SP - solicitação aceita, portanto para participar e ser habilitada, a empresa poderá apresentar inscrição em CREA de qualquer estado, e, caso vencedora do certame, deverá providenciar o registro no CREA/SP; 2) Impugnação apresentada pela empresa DRAGABRÁS, referente a disponibilização da última batimetria realizada e dilatação do prazo de abertura do pregão – solicitação aceita, sendo disponibilizado no site a última batimetria do trecho 3, bem como, dilatação do prazo de abertura; e, 3) Impugnação apresentada pela empresa DTA, referente atestado de propriedade de embarcações e sub-contratação de 50% dos serviços – quanto ao primeiro item o mesmo foi indeferido e o segundo foi considerado somente a sub-contratação de serviços auxiliares. Em seguida, passou a palavra ao Gerente do Setor Elétrico, Sr. Walter Galvão, que prestou esclarecimentos sobre o tema “Sistema Energético”, destacando os seguintes tópicos: a) Melhorias realizadas recentemente na Usina Hidrelétrica de Itatinga, tais como: Foram substituídas válvulas alimentação das turbinas, Automação e Sistema proteção dos circuitos; b) Ilustração de modernização realizada nas subestações sob responsabilidade da CODESP para maior segurança e possibilidade de operação na tensão padrão de distribuição da CPFL; c) Apresentação da limitação de capacidade de distribuição, Usina e CPFL, e soluções planejadas; d) Convênio com a CPFL para construção de subestação em área da CODESP com possibilidade de quadruplicar a capacidade hoje disponível. (Prazo mínimo 18 meses); e) Limitação do sistema atual agravada pela inconformidade de cargas de arrendatários;

f) *Explicação dos prejuízos causados pelas cargas em desacordo. (financeiro e operacional);*

g) *Apresentação de intenção para solução imediata, arrendatários providenciarão adequações das cargas. Experiência demonstra que só haverá êxito com adoção do modelo de faturamento adotado pelas concessionárias, devidamente aprovados pela ANEEL; e, h) Apresentação de cópia de fatura CPFL paga pela CODESP, destacando o acréscimo provocado pela inconformidade das cargas de arrendatários. Na sequência, com a palavra, o Sr. Robson Apolinário, após os devidos esclarecimentos prestados sobre o tema, propôs que seja solicitado à Autoridade Portuária a elaboração de um quadro contendo os Terminais que operam sem desperdiçar energia elétrica e o Terminais que efetivamente operam desperdiçando energia elétrica. Em seguida, o Conselheiro Eliezer Giroux propôs que o GT-Infraestrutura participe das discussões sobre o Tema “Energia Elétrica” no Porto de Santos com o grupo CODESP e ANTAQ. Colocada em votação a proposta foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro e também Presidente da CODESP, Sr. Alex Oliva, informou que estenderá o convite para que o SOPESP também seja convidado a participar das discussões sobre o tema. Na sequência, com a palavra, o Gerente de Projetos, Sr. Ronaldo Carvalho, prestou informações sobre o tema “Sistema Viário”, onde destacou os investimentos no Porto de Santos com relação à acessibilidade terrestre – Margem Direita e Margem Esquerda (obras do PAC). Ao final, o Colegiado agradeceu o Gerente de Projetos pelas informações prestadas e solicitou que fique anexa a Ata cópia do CD contendo a referida apresentação na íntegra. Na sequência, o Conselheiro Dário de Medeiros Lima, com relação à implantação da Av. Perimetral Portuária no Porto de Santos – Município do Guarujá, indagou ao Presidente da CODESP se será concretizado o orçamento apresentado para o ano de 2017 para referida obra, no valor de R\$ 108.135.100,00. Com a palavra, o Presidente da CODESP, Sr. Alex Oliva, respondeu que atualmente a Diretoria trabalha com os números apresentados. A seguir, o Conselheiro Jansen Wagner Gallo, propôs que seja enviada carta à Autoridade Portuária solicitando a possibilidade de instalação de passagem para os trabalhadores na confluência do canal 5 com a Avenida Portuária, uma vez que os trabalhadores estão percorrendo grande distância para terem acesso ao Porto, devido às obras que estão ocorrendo no local. Colocada em votação a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Conselheiro Eduardo Lopes solicitou as seguintes informações: 1) Esclarecimentos sobre a conservação das vias. Com referência a este tema, o Sr. Ronaldo Carvalho informou que não é de responsabilidade de sua área, mas salienta, que a Codesp está sempre procurando ter recursos disponíveis para manter a conservação das vias.*

2) Projeto de obra de arte na confluência entre o canal 4 e a perimetral. O Gerente de Projetos informou que a CODESP está estudando uma solução para o saneamento do problema; e, 3) Projeto de melhorias no Acesso de áreas na Ilha Barnabé. O Gerente de Projetos informou que a CODESP está estudando uma solução para o saneamento do problema. Fica registrado que o CD contendo as apresentações ficará anexo à Ata. **III.02** - Informações dos componentes do CONSAD indicados pelo CAP. O Conselheiro Marcio Calves fez um breve relato dos itens discutidos na 500ª, 501ª, 502ª e 503ª reuniões do CONSAD, destacando os seguintes assuntos:

1) **DRAGAGEM DE MANUTENÇÃO DO TRECHO 1 DO CANAL DE ACESSO AO PORTO DE SANTOS – CONTRATO DP/24.2015.** Relativamente ao tema, o Conselheiro Marcio Calves, informou que em 07/06/2016, foi assinado o 3º aditivo contratual para a dragagem de manutenção do trecho 1, a fim de incluir os serviços de dragagem dos trechos 2, 3 e 4 do canal de acesso e dos acessos aos berços de atracação; 2) Aprovação da revogação da contratação direta, por inexigibilidade de licitação, do **ESCRITÓRIO NELSON WILIANS E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, para representar a CODESP na arbitragem envolvendo a Libra Terminal 35 S/A perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil – Canadá; 3) O Superintendente Jurídico prestou esclarecimentos sobre o tema “Juízo Arbitral”, informando que juridicamente a pendência que havia foi superada. Enfatizou ainda, que o processo arbitral não é totalmente simplório, e, requer uma audiência formalizada, sendo os valores envolvidos elevadíssimos, finalizou esclarecendo que a contratação direta de escritório especializado é totalmente legal; 4) Informou que foi aprovado a autorização para abertura de processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a contratação de empresa para a prestação de serviços de dragagem de manutenção no canal de acesso e dos acessos aos berços de atracação do Porto de Santos, nos trechos 1, 2, 3 e 4, pelo prazo de 12 (doze) meses, no valor global de **R\$ 116.940.920,56** (cento e dezesseis milhões e novecentos e quarenta mil e novecentos e vinte reais e cinquenta e seis centavos), com volume estimado de 4.300.000 metros cúbicos. Relativamente ao tema, o Sr. Marcio Calves, representante do CAP no Conselho de Administração da CODESP relatou que foi surpreendido com a notícia de que a licitação da dragagem do Porto foi suspensa devido a um recurso administrativo protocolado na Codesp por uma das concorrentes. Tendo em vista a importância do tema, o Conselheiro solicitou ao Presidente daquele Colegiado uma reunião extraordinária para tratar do tema. Relatou ainda, que alertou o Conselho de Administração sobre a indagação do Presidente do CAP na última reunião, de que em seu entendimento a modalidade de licitação utilizada para contratação dos



serviços de dragagem não deveria ser “Pregão Eletrônico”, por entender que o objeto a ser contratado não se enquadra em “bens e serviços comuns”, onde o seu entendimento era de que pudesse ser utilizado o Regime Diferenciado de Contratação – RDC. O Superintendente de Auditoria informou aquele Colegiado que em sua opinião a modalidade que melhor se enquadraria para contratação dos serviços de dragagem seria a do “Pregão Eletrônico; e 5) Informou que foram eleitos na 502ª reunião Extraordinária, o Sr. CLEVELAND SAMPAIO LOFRANO para exercer o cargo de Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP; o Sr. CELINO FERREIRA DA FONSECA para exercer o cargo de Diretor de Operações Logísticas da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP; e, o Sr. FRANCISCO JOSÉ ADRIANO para exercer o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP; e 6) Informou que na 503ª reunião foi aprovado o **Aditamento** ao Contrato DP/50.2015, celebrado com a empresa **CONSTRUTORA CAPPELLANO LTDA.**, objetivando a prestação de serviços de execução de obras para melhoria do sistema viário da margem direita do Porto de Santos, bem como, o **Aditamento** ao Termo de Convênio celebrado com o **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio da **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES** e a **CODESP**, ambos na qualidade de convenientes; a **UNIÃO**, por intermédio da **SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEP** e a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTOS**. Em seguida, com a palavra, o Sr. Everandy Cirino, reiterou sua solicitação realizada na última reunião, sobre sua posição contrária quanto aos membros do CAP no CONSAD apresentarem problemas internos da CODESP neste Colegiado, principalmente pelo fato da ausência do presidente da Autoridade Portuária naquela reunião. Neste sentido sugere que seja elaborado parecer jurídico a fim de esclarecer a obrigatoriedade deste item constar na Pauta deste Conselho, já que este atualmente é apenas sugestivo e não deliberativo.

**III.03** – Carta CAP/020.2016, de 08/07/2016, por meio da qual convidou o Presidente do SINDISAN para debater sobre o Plano Diretor e Uso e Ocupação do Solo na cidade de Santos, cujo assunto foi provocado através do Ofício nº 03/2016, de 19/04/2016, emitido pelo SINDISAN. O Presidente do CAP passou a palavra ao representante do SINDISAN, Sr. Marcos Nunes, que agradeceu o convite para participar desta reunião, e, em seguida fez um breve relato sobre o tema, destacando o intuito do SINDISAN é de buscar de forma conciliadora junto com a Prefeitura Municipal de Santos, a melhor distribuição de áreas atendendo demanda logística na cidade entende também, que o atual Plano Diretor e Zoneamento inviabiliza o fomento das

atividades representadas por aquele Sindicato. Ao final de sua explanação o Colegiado agradeceu o Sr. Marcos Nunes pelas informações prestadas. Na sequência, o Conselheiro Eduardo Lopes, informou que a Prefeitura Municipal de Santos, está aberta para qualquer tipo de discussão, e, com referência ao tema já realizou algumas reuniões com o SINDISAN. Por fim, o Colegiado decidiu que o assunto seja pautado no GT-Infraestrutura e Investimento, onde serão convidados representantes da Prefeitura Municipal de Santos e representantes do SINDISAN, que realizarão uma apresentação sobre o tema, com a finalidade de que haja debate sobre o Plano Diretor e Uso e Ocupação do Solo na cidade de Santos. **III.04** - Ofício nº 026/2016, de 01/07/2016, do Centro de Excelência Portuária de Santos – CENEP, que encaminha cópia dos relatórios de atividades realizadas pelo CENEP no segundo trimestre de 2016. O Conselho de Autoridade Portuária registra que tomou conhecimento. **III.05** – Sumário Executivo da Reunião 39ª CLAPs, de 24/06/2016, contendo os pontos de destaque para conhecimento do CAP. O Conselho de Autoridade Portuária registra que tomou conhecimento. **III.06** – Carta CAP nº 17.2016 de 8/07/2016, enviada a Autoridade Portuária conforme solicitado pelo Colegiado na última reunião, referente a recomendação para que a CODESP coordene, gere e consolide os trabalhos referentes ao mapeamento, prevenção, gerenciamento e mitigação de riscos no Porto de Santos. O Conselho de Autoridade Portuária registra que tomou conhecimento. **III.07** – Carta CAP nº 19.2016 de 8/07/2016, enviada a Autoridade Portuária conforme solicitado pelo Colegiado na última reunião, referente a solicitação à CODESP para que sejam enviadas informações atualizadas acerca do andamento da ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em Santos, com relação ao tema “Dragagem X Monitoramento praias”. O Conselho de Autoridade Portuária registra que tomou conhecimento e fica no aguardo da manifestação da Autoridade Portuária. Na sequência, o Presidente passou ao item **IV – OUTROS ASSUNTOS**. O Presidente do Colegiado, Rossano Reolon, propôs que as informações sobre serviços de dragagem no Porto de Santos sejam apresentados ao CAP trimestralmente. Colocada em votação a proposta foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o Conselheiro José Eduardo Lopes, deixou registrado seu voto de louvor ao SINDAMAR, que mesmo sendo Sindicato das entidades privada, e, apesar das dificuldades financeiras e do momento político que o Brasil atravessa, deu exemplo ao custear e oferecer os cursos que deveriam ser oferecidos pelo Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários - PREPOM, diante das dificuldades de recurso do referido programa. Por fim, o Colegiado solicitou ao Coordenador da CAT, Sr. José Di Bella, que envide esforços para preparar a agenda temática

do CAP/2016, a fim de passar os trabalhos aos relatores dos temas. Não havendo outras manifestações o Presidente passou ao item **V – ENCERRAMENTO**, fixando a data da próxima reunião ordinária para o dia 25 de agosto de 2016, às 09h00min, em Santos, determinando a lavratura da presente Ata.

Rossano Reolon  
**PRESIDENTE**

José Alex Botelho Oliva M.Sc.  
**CONSELHEIRO**

Nilson Rogério Baroni  
**CONSELHEIRO**

CF(T) Rômulo de Souza Santos Junior  
**CONSELHEIRO**

Cleiton Alves dos Santos João Simões  
**CONSELHEIRO**

André Minoru Okubo  
**CONSELHEIRO**

Dário de Medeiros Lima  
**CONSELHEIRO**

Rogério Gonçalves Lopes  
**CONSELHEIRO**

Caio Marcelo Morel Correa  
**CONSELHEIRO**

João Batista de Almeida Neto  
**CONSELHEIRO**

Eliezer Giroux  
**CONSELHEIRO**

Carlos Eduardo Bueno Magano  
**CONSELHEIRO**

Jansen Wagner Gallo  
**CONSELHEIRO**

Jorge Leite dos Santos  
**SECRETARIO**